

MANIVETEORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO – PROFISSIONAL
DIREITO ADMINISTRATIVO/TRIBUTÁRIO/CONSTITUCIONAL
E CORRESPONDENTE DIREITO PROCESSUAL
07/01/2007

ATENÇÃO: LEIA ANTES DE INICIAR A PROVA

Conforme o item 4.18.3 do Edital nº 3/2006, somente poderão ser consultados os códigos, livros de doutrina e de jurisprudência, **SENDO VEDADA** a utilização de códigos, livros, apostilas, cadernos, folhas, formulários e similares que contenham rabiscos, anotações, minutas, modelos e afins. O candidato que utilizar qualquer dos itens proibidos terá sua prova recolhida e estará automaticamente **ELIMINADO** do Exame.

NÃO TRANSCREVA para as folhas de respostas o enunciado das questões.

Assine **SOMENTE** no espaço abaixo reservado.

Conforme o item 4.15 do Edital nº 3/2006, a **PROVA SERÁ ANULADA** caso contenha assinatura, rubrica, traço, risco tortuoso ou qualquer outra forma de identificação.

Conforme o item 4.15 do Edital nº 3/2006, a **PROVA SERÁ ANULADA** caso contenha qualquer nome, qualificação, números, endereços e outros elementos diferentes daqueles expressamente indicados nos enunciados da peça processual e das questões práticas.

DURAÇÃO DA PROVA: 5 (CINCO) HORAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

NOME

ASSINATURA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO – PROFISSIONAL
DIREITO ADMINISTRATIVO/TRIBUTÁRIO/CONSTITUCIONAL
E CORRESPONDENTE DIREITO PROCESSUAL
07/01/2007

QUADRO DE NOTAS

Atenção: Será desconsiderada qualquer nota lançada fora deste quadro.							
QUESTÃO	VALOR	NOTA (1)	CORRETOR (1)	NOTA (2)	CORRETOR (2)	NOTA (3)	CORRETOR (3)
PEÇA PROCESSUAL	5,0						
2.1	1,0						
2.2	1,0						
2.3	1,0						
2.4	1,0						
2.5	1,0						
SOMA	10,0						

1. PEÇA PROCESSUAL

A Companhia de Enlatados X, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/PR, na Rua Principal, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-00, atua no ramo de alimentos enlatados, cuja maior parcela da sua produção é destinada à exportação para os países da Europa e da América do Norte, recolhendo regularmente os tributos e contribuições decorrentes de suas atividades e exigidos pela legislação vigente.

Em 3 de janeiro de 2007, o Presidente da República editou o Decreto nº 0000/2007, sendo que seu artigo 1º instituiu, em favor da União, contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre as receitas decorrentes de exportação.

Já o artigo 2º do Decreto nº 0000/2007, estabeleceu alíquotas diferenciadas para cada Estado, favorecendo os contribuintes da Região Centro-Oeste do Brasil, ainda que em situação idêntica aos demais contribuintes do país.

O Decreto nº 0000/2007 foi publicado no Diário Oficial da União de 4 de janeiro de 2007, sendo que seu artigo 3º determina que a União poderá exigir a exação a partir de 10 de janeiro de 2007.

Ainda, o artigo 4º do Decreto nº 0000/2007 prevê que a cobrança da contribuição em questão incidirá sobre as operações de exportação realizadas de setembro de 2006 em diante.

O Senhor X, diretor e acionista controlador da Companhia de Enlatados X é um administrador experiente e entende que a contribuição instituída pelo Decreto nº 0000/2007 é indevida, sendo que procura seu escritório para tomar as providências cabíveis.

Desta forma, elabore a medida processual cabível para o efeito específico de **reconhecer a inexistência da relação jurídica** decorrente do Decreto nº 0000/2007, utilizando todos os fundamentos jurídicos possíveis para o caso, mesmo que de maneira alternativa, considerando, ainda, que a contribuição impugnada possui natureza tributária.

Na mesma medida processual, adote o procedimento adequado para que seja imediatamente suspensa a exigibilidade da contribuição discutida, sem a necessidade de pronunciamento judicial.

Observações: 1. A apresentação de peça que não atenda aos interesses do cliente, ou seja, processualmente inadequada, receberá nota zero. 2. As exigências não se limitam ao simples deferimento da petição, ou seja, à possibilidade da peça processual ser admitida em um Juízo real. O exercício destina-se à demonstração do raciocínio jurídico necessário ao desempenho profissional. Não se trata de simples petição adequada aos ditames da Lei, mas de demonstração de domínio de técnica elementar de redação forense pelo candidato, coerente com a situação indicada. 3. A utilização de qualquer outro nome (seja do advogado, seja dos personagens), OAB, endereço, cidade, ou outros, e ainda o uso de qualquer outro sinal ou denominação será considerada como elemento de identificação.

ATENÇÃO: Não identifique a prova. Se achar necessário, use o nome fictício de Adão Jurisconsulto, OAB/PR nº 2007, com escritório profissional em Curitiba/PR, na Rua dos Advogados, nº 1000.

2. QUESTÕES PRÁTICAS

(todas as respostas devem ser fundamentadas e justificadas)

Questão nº 2.1:

O artigo 2º da Medida Provisória nº 0000, publicada no dia 25/04/2006, determina a ampliação do prazo de 2 (dois) anos, para 5 (cinco) anos para a propositura de ação rescisória pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, alterando, assim, o disposto no artigo 495 do Código de Processo Civil. Embora referida Medida Provisória seja aprovada na Câmara dos Deputados no dia 25/05/2006, o Senado rejeita-a integralmente, no dia 05/06/2006. **Pergunta-se: a)** O artigo 2º da Medida Provisória nº 0000 é constitucional? Por quê? **b)** É possível ao Presidente da República reeditar referida Medida Provisória, no prazo de 60 (sessenta) dias da sua primeira edição? Por quê? Fundamente e justifique a resposta.

Questão nº 2.2:

O Governador do Estado Z firma Protocolo de Intenções com a Empresa Y, visando regulamentar futura instalação de uma montadora de veículos no Estado. O Partido Político X encaminha um requerimento ao Governador, pleiteando o acesso ao conteúdo integral do Protocolo de Intenções. O Governador indefere o requerimento, sob o fundamento de que uma das cláusulas inseridas no Protocolo de Intenções torna sigiloso todos os seus termos. **Pergunta-se: a)** A cláusula de sigilosidade contida no Protocolo de Intenções tem amparo no ordenamento jurídico brasileiro? Por quê? **b)** É possível ao Partido Político X ajuizar ação popular contra o indeferimento, pelo Governador, do seu requerimento? Por quê? Fundamente e justifique a resposta.

Questão nº 2.3:

Determinada sociedade de economia mista federal publica edital de licitação na modalidade “concorrência”, do tipo “maior oferta”. O objeto da licitação é a Permissão de Uso de Imóvel de sua propriedade, situado no Município M, com a finalidade exclusiva de exploração comercial de estacionamento de veículos. Entretanto, a empresa Vamos Lá Ltda., vencedora da licitação, vê-se impossibilitada de instalar um estacionamento de veículos em referido imóvel. É que a Prefeitura Municipal deixou de autorizar o empreendimento, sob o fundamento de que o imóvel encontra-se inserido em “Zoneamento Exclusivamente Residencial”, no qual não se admite qualquer atividade comercial. **Pergunta-se: a)** É possível anular o Termo de Permissão de Uso de Imóvel, celebrado entre a sociedade de economia mista federal e a empresa Vamos Lá Ltda.? Por quê? **b)** Sendo possível a anulação, a empresa Vamos Lá Ltda. tem direito a receber indenização da sociedade de economia mista? Fundamente e justifique a resposta.

Questão nº 2.4:

A Auto-Automóveis Ltda. é uma concessionária de veículos estabelecida na cidade de Londrina/PR, que recebeu citação para responder aos termos de uma execução fiscal para a cobrança judicial de ICMS. Da análise da certidão de dívida ativa que instruiu a execução fiscal, verifica-se que é cobrado o valor principal de R\$ 10.000,00 e o valor total de R\$ 12.500,00. Contudo, não está especificado no título o dispositivo legal que sustenta a origem e natureza do crédito, bem como não está indicado a maneira pela qual foram calculados os encargos incidentes sobre o valor principal. **Pergunta-se: a)** As omissões apontadas são causas de nulidade da certidão de dívida ativa? Por quê? **b)** Caso positivo, há possibilidade do fisco sanar tais nulidades? De que forma? Fundamente e justifique a resposta.

Questão nº 2.5:

O Presidente da República sancionou em 7 de setembro de 2006, a Lei Ordinária nº 0000/2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2006, instituindo o imposto rodoviário em favor da União, cuja receita da arrecadação que tem por finalidade fazer frente às despesas que o Governo Federal terá para implantar o “Plano Nacional de Recuperação das Rodovias Federais – PNRFF”, cuja cobrança será iniciada em fevereiro de 2007. Como é o tráfego de veículos pesados que mais contribui para a necessidade de manutenção das rodovias federais, referido imposto terá como fato jurídico tributário a propriedade de caminhões e sua base de cálculo será o valor do veículo. **Pergunta-se:** Referido imposto rodoviário é constitucional? Por qual(is) fundamento(s)? Fundamente e justifique a resposta.